



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680215 - SC (2021/0219519-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : R C O (INTERNADO)
PACIENTE : R P DA S (INTERNADO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R. C. O. e R. P. DA S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação n. 5010203-54.2020.8.24.0045/SC).

Os pacientes foram internados por prática de ato infracional análogo ao delito previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

A impetrante sustenta que, no caso em apreço, "não há qualquer elemento hábil a caracterizar a existência de autoria, a não ser o reconhecimento feito ao arrepio do art. 226, do CPP na fase inquisitiva" (fl. 13). Alega nulidade decorrente do procedimento de reconhecimento pessoal dos pacientes, pois entende que foi realizado em desacordo com a lei e com a novel jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, liminarmente, a colocação dos pacientes em medida socioeducativa de meio aberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para reconhecer a manifesta nulidade decorrente do procedimento de reconhecimento pessoal dos pacientes ou, subsidiariamente, determinar que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina aprecie a tese defensiva de improcedência de representação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

Observa-se, *in casu*, que o Tribunal estadual assentou o seguinte (fls. 448/449):

Não se ignora que, recentemente, a Sexta Turma do STJ, no julgamento do HC 598.886/SC (Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, julgado em 27/10/2020), revisitando o tema, propôs nova interpretação do art. 226 do CPP, para estabelecer que "O reconhecimento de pessoa, presencialmente ou por fotografia, realizado na fase do inquérito policial, apenas é apto, para identificar o réu e fixar a autoria delitiva, quando observadas as formalidades previstas no art. 226 do Código de Processo Penal e quando corroborado por outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa".

A despeito disso, o próprio STJ faz questão de consignar na ementa do julgado paradigma que esta prova única e exclusivamente não pode servir para uma condenação, "a menos que outras provas, por si mesmas, conduzam o magistrado a convencer-se acerca da autoria delitiva".

Neste caso, verifica-se outros elementos probatórios, que não apenas o reconhecimento fotográfico realizado pelas vítimas na fase policial (evento 1, vídeos 6 e 7), que, submetidos à possibilidade de refutação pelo exercício do contraditório pelas partes, também deram amparo à condenação dos apelantes.

Na audiência de instrução, as vítimas Isaias Lezan e Luiz Inácio Lezan Meyer afirmaram que não possuem dúvidas quanto ao reconhecimento realizado na delegacia, porquanto foi feito no mesmo dia da prática do roubo e as vestimentas utilizadas pelos agentes ainda eram as mesmas, vejamos (vídeo do evento 102):

Vítima Isaias Lezan: [...] que estavam com o rosto coberto, touca, mas no mesmo dia conseguiu reconhecê-los porque a parte dos olhos e a roupa era a mesma; que entraram três na loja; que reconheceu os três; que foi subtraído um celular da marca Alcatel e duzentos e cinquenta reais da gaveta em espécie; que foi devolvido cento e quinta e sete reais; que o celular não foi encontrado; que reconheceu os autores pessoalmente na delegacia; que estavam apenas os três na Delegacia; que reconheceu pelas roupas também.

Vítima Luiz Inácio Lezan Meyer: [...] que três entraram na loja; que estavam com rosto coberto (touca e máscara); que conseguiu reconhecer o assaltante que o agrediu claramente; que reconheceu a fisionomia de rosto, olho, a mesma roupa; que não tinha dúvida que era ele; que os outros foram flashes da roupa (casaco azul, bermuda laranja); que levaram documentos que tinha carteira, cartão, título de eleitor; que conseguiu recuperar; que não conhecia os adolescentes.

Além disso, os Policiais Militares Jeferson da Silva e Juliano Ferrão dos Santos também prestaram declarações bastante seguras e em harmonia com os relatos das vítimas. Relataram que em torno de uma semana antes do roubo ora em analisado, havia ocorrido um roubo semelhante no Centro de Palhoça, no qual os assaltantes haviam fugido em um veículo Ecosport Preto, razão por que os policiais, ao tomarem conhecimento do assalto descrito na representação, passaram a procurar o automóvel com tais características. Localizado o veículo na BR-101, os policiais o perseguiram, uma vez que os agentes empreenderam fuga e, na sequência, capotaram o carro. Após o acidente, os indivíduos ainda tentaram empreender fuga, e, quando capturados, o adolescente Roberto Carlos assumiu a autoria do ato infracional e um deles disse que jogou a arma, que seria um simulacro, pela janela. Somado a isso, o dinheiro subtraído do estabelecimento, bem como os documentos pessoais da vítima Luiz Inácio foram encontrados no interior do veículo (vídeo do evento 102, auto de apreensão e termos de entrega do evento 1, APREENSAO1, fls. 49/51).

Com efeito, as demais provas que compuseram o conjunto fático-

probatório ameahado aos autos - depoimentos dos dois policiais e apreensão dos adolescentes logo após o fato na posse dos pertences das vítimas - foram produzidas por fonte independente da que culminou com o elemento informativo obtido por meio do reconhecimento fotográfico realizado na delegacia, de maneira que, ainda que o reconhecimento haja sido feito em desacordo com o modelo legal e, assim, não possua valor probante pleno, certo é que houve outras provas, independentes e suficientes o bastante, para lastrear a procedência da representação.

Como bem ponderou o magistrado sentenciante, "de fato, verifica-se a fragilidade do reconhecimento realizado pelas vítimas, uma vez que os adolescente estavam usando capuz e máscara, e não foram identificados com observância do procedimento previsto no art. 226 do Código de Processo Penal. Contudo, as demais circunstâncias que permeiam o ocorrido reforçam a caracterização do ato infracional, notadamente porque os documentos subtraídos de uma das vítimas foi localizado com os adolescentes, os quais empreenderam fuga quando abordados pela Polícia Militar" (evento 122).

Assim, a verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confirma-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente